

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-12-2018.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Marcelo Sgarbossa, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Ricardo Gomes, Moisés Barboza, Cláudio Conceição, Rafão Oliveira e Comandante Nádia. Às quinze horas e oito minutos, em face de deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Valter Nagelstein e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIS (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que se faz presente aqui novamente. Nesta tarde, hoje, dia 10 de dezembro, numa decisão da Mesa Diretora, dos líderes, elege a nova composição para o mandato de 2019, a nova Mesa Diretora. Neste período de liderança do Partido dos Trabalhadores, eu queria elencar algo que, para nós, não é justo. Nós temos aqui na Câmara Municipal o Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre, este é o Regimento (Mostra o Regimento.), e no art. 13 do Regimento diz o seguinte (Lê.): “A Mesa Diretora será eleita pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante chapa única, ou cargo a cargo, em votação nominal, respeitado o critério da proporcionalidade [este é o art. 13, § 1º: respeitado o critério da proporcionalidade] dos partidos ou dos blocos partidários, para um mandato de um ano”. Portanto o bloco que foi apresentado nas outras duas eleições, 2017 e 2018, deixou fora nesse acordo a bancada do PT e do PSOL. Nós achamos que seria conveniente abrir o diálogo e discutir com todas as bancadas, até porque nunca aconteceu isso na Câmara, de não se discutir com todas as bancadas e deixar um bloco com duas grandes bancadas. O art. 13

nos dá o direito de ter a proporcionalidade em três aspectos: partido, bancada ou bloco. Aqui não deixa de ser um bloco de sete vereadores. E a Mesa Diretora composta nesses últimos dois anos, o que possivelmente vai acontecer nessa tarde, novamente deixará de fora o PT e o PSOL. Portanto, nós queremos aqui dizer que estar na Mesa Diretora ou estar numa comissão, como presidente, é uma forma, também, de fazer política. Nós não estamos pleiteando cargos, embora tenham muitos cargos, muitos CCs aqui, na Câmara, que esse bloco acaba indicando. Mas o que estamos reivindicando é espaço nas comissões ou na Mesa, não de presidente. Nós entendemos que esse acordo não é legítimo. Ele, na verdade, rasga o Regimento desta Casa, porque ele não cumpre contempla o bloco ora apresentado e nem as maiores bancadas. Por isso, nós queremos levantar a questão, porque, inclusive, isso foi assunto na justiça, já encaminhado inclusive, e nós perdemos. Isso nós reconhecemos. Não é justo para nós, no momento em que estamos discutindo a questão da democracia e o voto da representatividade, apresentar um bloco que, por sua vez, tem sete vereadores que não são representados. É como se estivessem rasgando o Regimento da Casa. O Regimento nos dá esse direito.

Então, neste dia, tenho certeza absoluta de que todos os vereadores, por sua história, por seu trabalho, têm o direito de concorrer, seja a presidente, a vice-presidente ou a uma das secretarias, como também a presidente das comissões. Nós temos seis comissões, que, multiplicando por quatro, porque são quatro anos, totalizando vinte e quatro representações de presidência das comissões da Casa. E nós não temos nenhuma delas. Portanto, é um direito legítimo de poder provocar o debate. E não imaginem que nós vimos aqui radicalizar, pelo contrário, queremos que o Regimento seja visto e reconhecido como a forma de reconhecer o espaço de cada bancada. Nesse sentido, nós vamos, com certeza, discutir agora, na apresentação dos nomes para a futura gestão, sem nenhum radicalismo, reconhecendo que é importante o diálogo nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Valter, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Cecchim, tendo em vista a manifestação do líder do PT, Ver. Aldacir Oliboni, eu não poderia deixar de vir até aqui para tecer algumas considerações a respeito do que o nobre colega acabou de dizer nesta tribuna. Logicamente, que muito, respeitosamente, quero divergir dos argumentos aqui utilizados pelo Ver. Aldacir Oliboni. O Regimento desta Casa, Ver.^a Mônica, não foi descumprido, não foi descumprido. Aliás, a questão da proporcionalidade é assegurada pela Constituição do País, que diz, Ver. João Bosco Vaz, que os parlamentos deverão respeitar a proporcionalidade dentro do possível. É só esta expressão que o Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Mendes Ribeiro, esqueceu de complementar, Ver. Elizando Sabino. Inclusive, foi objeto de ação judicial movida pelos sete vereadores e que, inclusive, num

plantão de uma área judicial não especializada, até deu uma liminar num determinado momento, atendendo a esta reivindicação e que, depois no julgamento do mérito em 2º instância, foi justamente verificado que não tinha cabimento, e por isso não logrou êxito. Então, Ver. Oliboni, realmente, houve aqui um acordo político de maioria, que fez escolhas na Casa, como é em qualquer parlamento, como é na Assembleia Legislativa, onde o senhor já ocupou uma cadeira. Agora a Ver.^a Sofia estará lá. O PT está num acordo de maioria lá. Outras bancadas, que formam blocos grandes não estarão contemplados no acordo de maioria. Então, eu acho que nós temos que olhar para frente, entender que a Casa fez uma opção, Ver. Mauro Zacher, opção de maioria. Diz também o nosso Regimento, que para se eleger para a Mesa precisa maioria absoluta. Ou seja, todos aqueles que colocarem seu nome à disposição para qualquer uma das seis posições da Mesa e que obtiverem 19 votos, estarão eleitos. Então, não quero aqui acentuar nem aguçar esse debate, repito, Ver. Oliboni, apenas não quero, de forma muito respeitosa, deixar passar em branco a sua manifestação, e quero dizer que esta Casa, hoje, novamente, vai eleger a Mesa de 2019 e, novamente, vai fazer uma opção de maioria, Ver. Roberto Robaina, que precisa, pelo menos, 19 vereadores votando, escolhendo favoravelmente cada uma das seis posições da Mesa, que será eleitas nesta tarde. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo. Só quero esclarecer que esta questão foi judicializada, e o Judiciário se manifestou a respeito. Portanto, para além de uma questão política e interna aqui da Casa – que eu lamento ter sido judicializada –, a manifestação do Judiciário corroborou o que foi decidido aqui pela maioria dos vereadores.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Aos partidos PSOL e PT, obrigado pelo espaço, por poder falar sobre esse assunto. Vou falar dois minutos sobre ele, depois falarei sobre outro tema que diz respeito ao dia 10 de dezembro de 1948: hoje completa 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sim, foi judicializada a questão. Eu entrei aqui nesta Câmara na legislatura passada, em 2013, e existe – posso recuperar – uma verdadeira arquitetura institucional que prevê a proporcionalidade, inclusive dependendo do número de bancadas. Isso não é uma questão, como falou aqui o líder Oliboni, de cargos na Câmara, isso tem a ver com a representação proporcional a que esta Casa obedece, fruto de uma eleição. Diferentemente das eleições majoritárias, em que ganha quem faz mais votos, aqui está, como se costuma dizer, a representação de toda a sociedade na sua proporcionalidade, e é isso que o povo de Porto Alegre está tolhido de ver. Na Câmara Municipal, em que a representação é proporcional, o povo está tolhido de ver, na condução da Câmara, da Mesa Diretora, das Comissões e de outros espaços, inclusive administrativos, aquilo que

o bloco PSOL e PT representa, que está totalmente excluído, então fica aí o sentido. A judicialização, como nós sabemos, tem limites. Algo que foi dito dentro do processo, tentamos corrigir com embargos e declarações. Chegaram a dizer que nós éramos a maioria da Câmara, que o bloco era a maioria da Câmara.

Vamos apresentar um vídeo sobre um tema que, hoje, nós não podemos deixar passar. Talvez alguns de vocês já tenham visto essas imagens, ocorreram na semana passada. É importante que tenha som para entendermos as manifestações das pessoas que acompanhavam.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Esta é a nossa Guarda Municipal de Porto Alegre. Vejam, tentam tirar o carrinho em que ele transporta as mercadorias. Provavelmente, essas mercadorias sequer estavam pagas, ele estava tentando vendê-las para conseguir mandar dinheiro para a sua família no seu país de origem. É uma questão complexa, mas essa conduta da Guarda Municipal é inadmissível. Em seguida, quando o vídeo termina, eles contêm o rapaz. Para quem não prestou atenção no início do vídeo, esse rapaz estava tentando sair, pegar o carrinho em que transporta a sua mercadoria. Alguém perguntou aqui se ele estava vendendo em algum lugar regular. Obviamente, não, sob o ponto de vista legal. Não ofereceu nenhuma resistência, estava tentando sair e recuperar as suas coisas, e a Guarda Municipal atua dessa forma. Para quem conhece os haitianos e senegaleses de Porto Alegre, talvez alguns de vocês tenham a oportunidade de conversar, são pessoas extremamente dóceis; são pessoas formadas, alguns dão curso de francês para algumas pessoas daqui de Porto Alegre. Nós estamos desperdiçando essa diversidade de pessoas, essa riqueza que vem de fora, tratando dessa forma. E justamente uma Guarda que deveria ser uma Guarda de proximidade, uma Guarda de relação, de relação comunitária, e não uma Guarda meramente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, eu vou pedir a todos que o tempo de liderança seja de cinco minutos, conforme acordamos hoje pela manhã, para nós fazermos a votação da Mesa, em primeiro lugar, e depois entrarmos na Ordem do Dia.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu quero falar sobre essa situação gravíssima por que passam os trabalhadores informais na cidade de Porto Alegre. Nós estamos vendo um aumento na escalada de repressão, tratando uma

questão de direito ao trabalho como se fosse uma questão de polícia! E as cenas trazidas, envolvendo os senegaleses, já mostram a gravidade da situação. No dia seguinte teve uma passeata enorme na frente da Prefeitura; nesse final de semana, ontem, no Gasômetro teve bala de borracha, gás lacrimogêneo contra pessoas que buscavam trabalhar! E mais, querem trabalhar de forma legal! A Prefeitura que não concede mais alvarás no quadrilátero central e oferece, em regiões com pouca circulação, alguns alvarás. Como houve o congelamento para bancas, etc., também está havendo um congelamento para camelôs, trabalhadores informais que vendem pouco e que têm sido reprimidos na cidade de Porto Alegre, com suas mercadorias apreendidas e assim por diante. Nós tivemos essa reunião na CUTHAB, muito bem conduzida, nós fizemos esse debate, mas, infelizmente, nós ainda não avançamos, porque alternativas reais, como feiras, que podem ser feitas em outros lugares, no Centro da Cidade, com grande circulação de pessoas, permitindo que as pessoas trabalhem de forma legal, permitindo geração de emprego e renda, respeitando o direito dos trabalhadores e também garantindo a circulação de pedestres na cidade de Porto Alegre. Mas, infelizmente, as coisas andam devagar. Nós estamos esperando, no final da semana terá uma reunião com o secretário de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo, um pedido para que isso avance está lá desde novembro. Enquanto isso, Ver. Janta, os camelôs também querem ter Natal, os camelôs querem vender para poder ter Natal, não só não estão podendo trabalhar, como estão sendo reprimidos dessa maneira que vimos no vídeo, de forma brutal, como foi com o senegalês, inadmissível, ou como o que foi publicado no Correio do Povo, no Twitter, com gás lacrimogêneo e bala de borracha contra os camelôs que atingiu a população, os artesãos que estavam ali na praça Júlio Mesquita fazendo seu trabalho. Não é assim que se trata trabalhador. Direito ao trabalho não é caso de polícia, é caso de governo, que tem que parar de faltar e garantir o direito às pessoas, sim, um lugar digno para poder vender as suas mercadorias, para poder viver, para poder alimentar seus filhos, ou ninguém está vendo uma crise econômica com 13 milhões de desempregados? O que reduziu de desemprego no último período, a gente sabe que esse dado é subestimado, são mais desempregados ainda, mas o que reduziu em 0,5%, conforme o IBGE, foi justamente os trabalhadores informais. Vai rebaixar salário, vai diminuir emprego, vai prender trabalhador informal, o que vai fazer com o povo? Chega! Tem que respeitar o povo! Tem que garantir direitos. Agora estão lá os trabalhadores, na SMDE, esperando atendimento. Falava com o Juliano Fripp para ter retorno, secretário, sobre as feiras e sobre de fato avançar na possibilidade de garantia de que as pessoas possam trabalhar não depois do Natal, agora. Até a Prefeitura dar resposta, Ver. Roberto Robaina, as mães vão dar o que para os filhos comerem? Os pais vão dar o que para os seus filhos de Natal, que estão tentando buscar como trabalhar no Centro da Cidade? Não adianta feira e projetos como esse que apresentamos, de apresentar feiras em outros lugares da Cidade, do Centro, com circulação de pessoas, não adianta apresentar o projeto em fevereiro. São dois meses para as pessoas viverem. O trabalhador camelô compra mercadoria hoje para vender amanhã, para levar comida para o seu filho. Isso é desumano! O que está acontecendo é desumano! Há quatro meses no Centro da Cidade perseguindo, prendendo,

repreendendo, não permitindo que as pessoas vendam e ao mesmo tempo sem apresentar uma alternativa. Ah, porque tem a lei do quadrilátero central! Se a prefeitura quisesse alterava a lei do quadrilátero central, qualquer Prefeito pode fazer isso, mas a gente nem pediu, na verdade, a gente pediu do quadrilátero central, mas deu uma alternativa ainda, feiras, três ou quatro feiras no Centro da Cidade regulamentadas, com horário de funcionamento, como funciona a da Expointer lá em Esteio, garantindo emprego e renda para centenas de pessoas.

Eu fui instigada a me manifestar, acho que isso é muito grave. Nós, da bancada do PSOL, temos um compromisso de apoio à luta dos camelôs. Chega de desrespeitar os trabalhadores, quaisquer eles sejam: seja o trabalhador camelô, seja o trabalhador municipal, seja o trabalhador de banca de revista, de jornal, os trabalhadores merecem respeito.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero prestar a minha solidariedade ao trabalhador que aparece no vídeo, mas também quero dizer, Ver. Marcelo, Ver.^a Fernanda, que não é bem assim. Nós temos milhares de trabalhadores e milhares de empreendedores no Centro de Porto Alegre que pagam impostos altíssimos, pagam tributos. Nós tivemos uma política nesta Cidade, iniciada pelo secretário Idenir Cecchim e por outros membros da antiga SMIC – Adeli Sell, Valter Nagelstein –, de devolver o Centro da Cidade para a população, devolver o Centro da Cidade para as pessoas que geram emprego, que geram renda. Nós estamos com 13 milhões de pessoas desempregadas, e não é a informalidade que vai resolver o problema do emprego. Pelo contrário, a informalidade gera mais desemprego no comércio e nos serviços. Nós precisamos, realmente, ter áreas de atuação de venda para o comércio informal de Porto Alegre, mas nós precisamos também saber a procedência desses produtos. Eu concordo com o Ver. Marcelo: não é agredindo uma pessoa que recebe a mercadoria que nós vamos resolver o problema da informalidade, do contrabando dos produtos que chegam para vender. É lá na fonte, descobrindo quem é o atravessador que traz essa pessoa lá da África para cá para explorar. Ela estava protegendo um produto que ela ia ter que indenizar depois pelo atravessador – esse era o problema. Defendemos a anistia, mas vamos ter que indenizar e, muitas vezes, só Deus sabe como terá que indenizar. Isso nós temos que resolver. Agora, não podemos permitir que uma pessoa arrisque o seu patrimônio ao abrir um comércio em Porto Alegre, que gera emprego e renda – e sabemos o quanto custa isso –, e que este empreendimento seja cercado de pessoas que, muitas vezes, vendem o que há dentro do empreendimento. Nada justifica a agressão, nada justificam as balas de borracha, mas precisamos entregar a Cidade para os cidadãos da Cidade. Nós precisamos ter, não somente neste período de Natal, o comércio, que é um dos principais alicerces da

economia da nossa Cidade, vivendo com tranquilidade; os empreendedores da nossa Cidade, que arriscam o seu patrimônio, para gerar emprego formal, têm que ter essa segurança. Nós criamos na cidade de Porto Alegre, com o Município, o Sindilojas, o CDL e o Sindicato dos Trabalhadores, o Centro de Compras; poderíamos ter outros centros de compras, porque temos prédios disponíveis na Cidade, espaços disponíveis para se fazer isso. Nós temos o Brique da Redenção, que funciona aos sábados e domingos na Redenção, para a população de Porto Alegre achar o artesanato e o artesanato, mas, hoje em dia, aquele local está tomado pela informalidade, está invadido pela informalidade. Nós temos outras feiras, como as de produtos da economia solidária, que também estão invadidas pela informalidade. Acho que os 13 milhões de desempregados, as 90 mil pessoas que, há dois anos, procuram emprego, as 147 mil pessoas que, há um ano, procuram emprego no Estado do Rio Grande do Sul não nos permitem subir nesta tribuna para defender a informalidade. Temos que garantir os empregos formais e termos, de fato, políticas públicas que garantam o sustento dessas pessoas o ano inteiro, com produtos legais sendo vendidos na nossa Cidade, no nosso Estado, no nosso País. O Secretário Ricardo Gomes, na época, fez um cadastro com mais de 3 mil pessoas, dando a possibilidade de essas pessoas venderem produtos legais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Muito obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu tenho em mãos a decisão judicial que foi exarada a respeito da proporcionalidade, na Mesa, que reconhece que deve se replicar no Município a interpretação da Constituição Federal, que diz que, na constituição das Mesas e de cada Comissão é assegurada – como disse o Ver. Cassio Trogildo –, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares. Por que é assim? A própria decisão lembra que a Mesa é composta de apenas seis cargos, e nós temos 15 partidos na Casa. Como garantir a proporcionalidade e a presença dos 15 partidos na Mesa? A solução óbvia é o voto, a formação de blocos e o voto, porque a proporcionalidade não faz, da minoria, maioria! É um bloco minoritário, e assim foi votado nesta Casa, e o Judiciário disse exatamente isto, que respeitaria a votação que ocorreu na Casa. Aliás, o bloco minoritário, para todas as posições da Mesa, propôs candidato e participou da formação através da apresentação de um candidato derrotado em todos os casos.

Dito isso, eu quero, Ver. Marcelo Sgarbossa, me referir ao vídeo que V. Exa. apresentou e tecer alguns breves comentários sobre a questão do trabalho informal no Centro. Primeiro, eu não vi qualquer agressão física da Guarda Municipal ao trabalhador, e isso precisa ser registrado; houve a contenção física do trabalhador, sim.

Impossível dizer se adequada ou não sem conhecer o que se deu antes da imagem começar a ser gravada, porque, em diversos casos... E, para isso, basta indagar os funcionários públicos municipais da antiga SMIC, hoje Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, para ter relato de várias vezes em que os ambulantes, tendo a apreensão do material ilegal acontecendo, agrediu os fiscais da secretaria que inclusive, por mais de uma vez, se recusaram a fazer ações de fiscalização sem a presença da Brigada Militar, sendo necessário o convencimento dos servidores fiscais da antiga SMIC de que a Guarda Municipal poderia fazer o acompanhamento porque eles diziam que não bastava a Guarda, que era preciso a Brigada Militar, em face da violência que era empregada pelos ambulantes em alguns casos. Isso apenas para registro. Sobre a situação do comércio irregular e ilegal em Porto Alegre, são duas questões diferentes: a do comércio ilegal, contrabando, normalmente cigarros falsificados que vêm do Paraguai; outra é a do comércio irregular, não regularizado. Quero dizer que, no ano de 2017, nós fizemos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, uma feira de oportunidades para ambulantes em que cadastramos mais de 3.500 vendedores em situação irregular, alguns ilegais – obviamente que esses nem se apresentaram para cadastramento em grande volume –, sendo que vários deles foram regularizados através da emissão de alvarás, vários foram encaminhados para fora do quadrilátero do Centro Histórico por falta de espaço para colocar todos os ambulantes que ali estão; quem caminha no centro de Porto Alegre atesta a dificuldade que é o próprio trânsito na Rua da Praia pela quantidade de ambulantes. Agora, é óbvio também que os ambulantes ali são o resultado e não a causa do problema, o resultado de um *gap*, de uma brecha muito grande entre o trabalho irregular e o regular, entre o trabalho formal e o informal; por isso é preciso entender que, se o Brasil não souber baixar as exigências para contratação de trabalhadores formais, a informalidade não será resolvida; enquanto for o trabalho regular, pela CLT, um emaranhado de burocracia e de encargos sociais impagáveis, não se resolverá o problema do trabalho informal. Por isso, louve-se a reforma trabalhista. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Valter, colegas, todos que nos acompanham, eu tentei, ao máximo, pela manhã, não usar a tribuna em respeito aos trabalhadores das bancas de jornal, saudando as suas presenças, dos seus representantes, para que conseguíssemos entrar na pauta do mobiliário urbano, que eu sei que é o motivo pelo qual vocês estão aqui. Tentei não fazer uso da palavra, mas peço um pouquinho da compreensão de vocês porque o assunto que irei falar é muito importante.

Amanhã teremos um marco na história de Porto Alegre. Já subi a esta tribuna para falar do Start.Edu, que é um programa que a Prefeitura, com o apoio da nova aliança, estimula as pessoas e os criadores da área da inovação tecnológica propor *startups* para auxiliar na área da educação e da gestão pública. Então, teremos um dia histórico para a administração e para a Cidade amanhã, dia 11 de dezembro, às 9h30min, no Paço Municipal, acontecerá o que eles chamam de Pitch, que é, na realidade, um teste dessas soluções inovadoras apresentadas por essas *startups*. Então, eu faço aqui o reconhecimento público do tema da educação, da Prefeitura, desta gestão, que procura, sim, através da inovação tecnológica, solucionar problemas importantes da gestão pública. E eu gostaria de citar os programas que amanhã estarão incluídos na Pitch: Conecturma, Proesc.com, FazGame, Me Salva!, Mira Aula, Mavenflip e Mavenapp, Triider, Edufy App, Sabia, Starlearning, Impare Educação. E também quero saudar que existem parcerias já sendo implementadas na educação, como o Elefante Letrado. Também saúdo as pessoas que cederam essa ferramenta importante para a educação das crianças. E quero dizer para todos que nos ouvem, agora, para irem amanhã às 9h30min no Paço Municipal, nesse importante marco de inovação tecnológica para áreas públicas.

Não posso deixar de falar também – deixarei para falar sobre o mobiliário urbano no momento certo – sobre as imagens que foram apresentadas aqui e também em reconhecimento ao trabalho da Guarda Municipal, das mulheres e dos homens da Guarda Municipal. Gente, nós entendemos o problema social das pessoas, que passam por situações, às vezes, subumanas, que procuram defender seu trabalho e precisam de outras ações, por isso estão aqui. Mas foi muito bem-dito nesta tribuna pelos vereadores que me antecederam que essas pessoas também são vítimas de um processo e vítimas, inclusive, de coisas maiores. A gente tem ouvido aqui o caso de pessoas que ocuparam, nós temos aqui o Ver. Adeli, o Ver. Idenir Cecchim, que foi Secretário, o próprio Presidente, Ver. Valter, que, na Prefeitura, enfrentaram o crime organizado nesta Cidade. E eu quero dizer aqui para os companheiros da Guarda Municipal, que, mesmo com todas as dificuldades no vídeo, eu não vi a Guarda Municipal bater naquele rapaz que estava ali no comércio irregular. E eu tenho que dizer aqui uma frase que todos nós conhecemos: *dura lex, sed lex*, a lei é dura, mas é a lei. E eu fico do lado da Guarda Municipal, que presta um valioso serviço e defende aqui o direito de trabalhadores, o direito daqueles que comercializam seus produtos pagando seus impostos. Entendemos o problema social, mas eu fico do lado da Guarda Municipal e das pessoas que têm desempenhado o seu trabalho com toda a responsabilidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado Presidente, boa tarde; boa tarde aos Srs. Vereadores e àqueles que nos assistem aqui do plenário e

também pela TVCâmara, eu quero saudar os valorosos trabalhadores das bancas, presentes nesta tarde, pelo trabalho relevante que prestam à cidade de Porto Alegre. (Palmas.) Eu fiquei atentamente ouvindo o que foi dito pela Fernanda, pelo Janta, e hoje, pela manhã, eu tive um contato com o delegado que é responsável pela 2ª Delegacia de Investigação do Narcotráfico – 2ª DIN, do Denarc, onde o colega Rafão trabalhou por um bom tempo. Hoje foi desbaratada uma quadrilha imensa que tomou conta de um condomínio, o condomínio Fernando Ferrari, na Zona Norte e também, na Capadócia e também no Jardim do Bosque. E pasmem, dentre as muitas coisas apreendidas e pessoas apreendidas, não foram somente drogas, mas muito desses materiais que estão sendo vendidos na rua. Então, entre as pessoas apreendidas ali, muitos senegaleses e haitianos. Então, nós, às vezes, nos comovemos, e eu estou me posicionando aqui como policial, porque, muitas vezes, temos um mandado para fazer nosso trabalho, o qual não conseguimos fazer de forma suave, tranquila e pacificadora. Muitas vezes, temos que impor a força para que a lei seja cumprida.

Então, hoje, nós vimos aqui apenas um fato, como foi dito pelo Ver. Ricardo Gomes, aquele momento truculento para que a operação pudesse ser feita. Agora, muito desses materiais que estão sendo vendidos na informalidade são frutos de tráfico, de contrabando, onde essas pessoas que já estão vitimadas pela ilegalidade de estarem no Brasil e também por não conseguirem espaço para trabalhar, acabam sendo arregimentadas pelo tráfico de drogas. Ou seja, os empreendedores da criminalidade no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e muito aqui em Porto Alegre. Não quero dizer que esse fato específico, Prof. Alex, esteja ligado, mas nós não podemos fechar os olhos para a questão crescente que a informalidade traz para a criminalidade, arregimentando essas pessoas. Nós precisamos fazer um equilíbrio na análise desse fato, porque hoje, realmente, muito material está sendo vendido em Porto Alegre, que não tem fiscalização, não tem concessão para ser vendido, é material que acaba causando malefício às pessoas que o acabam adquirindo.

Então, eu queria me manifestar, por quê? Porque faço parte da segurança, e fazer segurança nem sempre é uma coisa agradável aos olhos de quem analisa, choca, mas o trabalho e a justiça precisam ser feitos. E se houve uma injustiça nessa operação, ela precisa ser, sim, vistoriada, analisada com critério, e as pessoas precisam ser responsabilizadas. Agora, nós não podemos fechar os olhos para a questão de que o tráfico de drogas tem se utilizado muito da situação dessas pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Presidente Valter Nagelstein, queridos colegas vereadores e vereadoras, senhores trabalhadores das bancas de revistas de Porto Alegre, demais pessoas aqui presentes, eu gostaria de tecer um pequeno comentário a respeito da atividade que foi demonstrada pelo vídeo do Ver. Marcelo, em

que, mais uma vez, tenta-se culpar uma força de segurança pública relativizando pequenos delitos, grandes delitos como uma coisa normal e culpando a Guarda Municipal, neste caso, por estar cumprindo uma atividade legal para coibir uma atividade ilegal. Eu pergunto aos senhores que trabalham nas suas bancas de revista: Os senhores gostariam de ver ao lado dos seus negócios alguém vendendo revistas de forma ilegal, sem pagar imposto, por necessidade? Ali, pagando os seus impostos, regulamentando, perdendo uma tarde de trabalho aqui para acompanhar a votação do mobiliário urbano? Não. Por quê? Porque os senhores estão dentro da legalidade. A segurança pública, os funcionários, nada tem a ver com a questão da violência, nós não contribuimos nada para isso, nada, absolutamente nada! O local a ser resolvido é aqui e no Executivo. Lá é a consequência da nossa omissão e da omissão do Poder Executivo, mas não pretendo, de forma alguma, criminalizar os agentes da lei e relativizar o crime. Então, eu me solidarizo com a Guarda Municipal que, em nada, agrediu aquele senhor. Nós temos que ver o vídeo no contexto, eu não sei se é um traficante, eu não sei se é um assaltante, eu não sei se é um vendedor ambulante, o vídeo não demonstra isso, mas o uso progressivo da força está previsto e a lei há de ser cumprida. Chega de relativizar pequenos ou grandes delitos! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Presidente Valter; colegas vereadores e vereadores, pessoal que nos acompanha aqui das bancas de flores, bancas de revistas e jornais, sejam bem-vindos, TVCâmara. Como é fácil, colegas, falar do que não se sabe! Falar de segurança pública não é para quem não conhece; é para quem tem legitimidade, para quem tem conhecimento técnico, é para quem sabe como se atua no ardor da ocorrência. O Ver. Marcelo Sgarbossa mostra uma cena desvinculada da história, do que aconteceu e fica fácil falar mal da Guarda Municipal, que, como bem disse o colega da Polícia Civil, estava cumprindo a sua função legal. Normalmente quando eu subo aqui e falo da Brigada Militar ou da Polícia Civil, e o mesmo vou fazer com relação à Guarda Municipal, esses homens e essas mulheres trabalham com técnica, trabalham abaixo do mau tempo, trabalham com sinistros que não se sabe onde vão acabar. Efetivamente, nós vemos pessoas filmando a atuação das polícias, pessoas filmando a atuação da Guarda Municipal, mas, incrivelmente, Ver. Rodrigo Maroni, eu não vejo filmarem ações criminosas. É muito fácil trazer aqui e bater nas pessoas que trabalham na proteção do ser humano, que trabalham na proteção do patrimônio. Agora, incrivelmente eu nunca vejo filmagem de bandido, de criminoso, nunca vejo aqui o Ver. Marcelo mostrando baterem na Guarda Municipal, baterem na Polícia Militar. Agora, o contrário sempre acontece. Parece-me que quem apoia bandido é aquele pessoal que não gosta da polícia, da Guarda Municipal. E aqui nós não vamos deixar isso acontecer. Meus cumprimentos ao pessoal

da Guarda Municipal, meus cumprimentos a esses homens e mulheres que diuturnamente estão na rua, seja no sol, seja na chuva, cumprindo com o seu dever legal de retirar das ruas aquele que também comete crime, por menor que seja. Vender mercadoria ilegal é crime! E eu vou dizer para os senhores aqui: o crime cresce. Ninguém sai matando ninguém, o crime é uma consequência de pequenos atos de contravenção e pequenos contraventores viram grandes criminosos, que hoje nós vemos no nosso Estado. Por isso, à Guarda Municipal os meus parabéns! Quero dizer que tem, sim, que atuar, e se tiver algum criminoso, alguma pessoa ali cometendo um ilícito, deve ser barrada. Hoje pela manhã, estivemos no Instituto Cultural Floresta entregando também para a Polícia Militar 1.200 Pistolas Glock, 1.200 pistolas que fazem a diferença, Ver. Moisés. Todas essas pistolas, além das viaturas e dos fuzis entregues por 50 empresários, doando dos seus bens, porque entendem que polícia forte é polícia bem armada, porque entendem que Guarda Municipal forte é Guarda Municipal bem armada, bem treinada, e é assim que tem que ser. Falando nisso, quero só pedir aos senhores, nós estamos com uma ação, os Amigos do Museu da Brigada, uma campanha de captação de recursos com a finalidade de restaurar e preservar o acervo bibliográfico e documental da Brigada Militar. Os historiadores são unânimes em referir que a história do Rio Grande do Sul se funde à história da Brigada Militar e para tanto estamos com uma campanha para poder arrecadar fundos através do imposto de renda, para que esses documentos, que são de 1837, não sejam perdidos no tempo, porque sabemos que quem valoriza o passado merece um futuro promissor, e a nossa Brigada Militar está dentre as instituições, há 181 anos, que trabalha em prol da proteção do povo gaúcho. Portanto solicito aos colegas Vereadores, eu vou entregar depois o material, que também se alinham a essa campanha de preservarmos os documentos bibliográficos e documentais da Brigada Militar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. E imediatamente convoco 26ª Sessão Extraordinária deste dia 10 de dezembro de 2018, conforme acordo prévio, diretamente na Ordem do Dia, para eleição da Mesa Diretora de 2019 e cumprimento do restante da pauta pactuada com os Srs. Vereadores.

(Encerra-se a sessão às 15h08min.)

* * * * *